

A GUERRA DOS MODERNOS: BELO HORIZONTE NA PRIMEIRA METADE SÉCULO XX

**THE WAR OF THE MODERNS: BELO HORIZONTE IN THE FIRST HALF OF
THE 20TH CENTURY**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 06/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/785941522](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/785941522)

Ana Lucia Duarte Lanna

RESUMO

Em Belo Horizonte, uma jovem e planejada cidade, capital de Minas Gerais, confrontam-se, na primeira metade do século XX, em múltiplas escalas, as dimensões arquitetônicas e urbanísticas, projetos de nação, projetos de vida. Do eclético ao modernismo, do branqueamento à democracia racial são projetos que reconfiguram as dimensões da nacionalidade. As formas e a sociabilidade urbana integravam e expressavam, as tensões entre políticas públicas, populações imigrantes e projetos de nação. A cidade pode ser vista como laboratório modernista, mobilizando o passado colonial para projetar o futuro e apagar a presença estrangeira na construção da identidade nacional. O artigo analisa as tensões entre grupos estrangeiros e modernistas mineiros, mobilizando histórias pessoais e trazendo as dimensões disruptivas vinculadas à II Guerra Mundial, utilizando diversas fontes documentais e bibliográficas.

Palavras-chave: cidade; imigração; identidades; modernidade.

ABSTRACT

Belo Horizonte, a recently planned city and the capital of Minas Gerais during the first half of the 20th century, served as a locus where architectural and urban dimensions, nation-building endeavors, individual life trajectories, intersected and sometimes clashed across multiple scales. Modern projects, ranging from eclecticism to modernism and from policies of racial whitening to the concept of racial democracy, contested and ultimately reshaped the parameters of national identity. Urban forms and social life both reflected and shaped the tensions between public policies, immigrant populations, and nation-building efforts. The city may be regarded as a modernist laboratory, strategically engaging with its colonial heritage to envision the future and simultaneously seeking to minimize or eradicate foreign influences in the formation of a

distinct national identity. The article looks at the tensions between foreign groups and modernist figures in Minas, using personal histories and highlighting the disruptive aspects linked to World War II, drawing on various documentary and bibliographic sources.

Keywords: cities; immigration; identities; modernity.

1. INTRODUÇÃO

1.1. A Cidade: O Plano Urbano e Sua Ocupação

Em dezembro de 1897 foi oficialmente inaugurada a nova capital do estado de Minas Gerais. Nomeada Cidade de Minas, teve seu nome alterado, em 1901, para Belo Horizonte. A nova capital, planejada pelo engenheiro Aarão Reis, respondia aos anseios de modernidade: com seu traçado ortogonal e buscando responder aos preceitos higienistas hierarquizava e separava corpos, funções e posições sociais. O plano urbano dialogava com experiências internacionais e estabelecia regras claras para a ocupação dos espaços. A cidade estava organizada em três áreas: urbana, suburbana e rural. A Avenida do Contorno separava as áreas urbana e suburbana e um conjunto de normas definiam as dimensões dos lotes, características das edificações e população que prioritariamente deveria ocupar cada espaço. E entremeando as áreas planejadas se constituiu, simultaneamente à cidade planejada um cinturão de ocupações precárias, não regularizadas, que ainda hoje integram a paisagem da capital mineira . A cidade nasce definida e marcada por clara segmentação sócio-econômica (Fernandes, 2021).

As habitações a serem construídas na área urbana eram organizadas em sete tipologias que definiam dimensões, número de cômodos, localização de cozinhas e banheiro, decoração de fachadas, que

obrigatoriamente incluíam platibandas, pilastras, cornijas. O projeto de cidade moderna encontrava no ecletismo, e especificamente no liberty-style italiano, sua primeira linguagem formal (Angotti-Salgueiro, 2020). A tipologia das casas estava associada a uma clara hierarquia social. A maioria de seus ocupantes seriam servidores públicos graduados e/ou membros das elites política e econômica, quase todos brancos. Vários foram os estímulos para atrair esses moradores, via de regra residentes em Ouro Preto, a antiga capital do estado.

Nos anos iniciais a cidade também atraiu muitos trabalhadores, milhares deles imigrantes. O estado de Minas Gerais tinha um escritório de imigração na Itália e continuou, até a primeira década do século XX, subvencionado a vinda de estrangeiros. A cidade que se construía precisava de mão de obra qualificada e os mestres de obra italianos dominavam a linguagem eclética que marcou a primeira paisagem da jovem capital. Esses estrangeiros ocupavam as áreas limítrofes do contorno urbano nas quadras da ainda planejada área suburbana. Muitos eram trabalhadores qualificados da construção civil, pequenos negociantes, proprietários ou gerentes dos inúmeros serviços, que gradativamente iam se instalando na cidade. O governo vendia lotes a esses novos moradores desde que as construções e o cercamento dos terrenos fossem empreendidos em até um ano. Havia controle na venda dos terrenos e, em muitos casos, novas aquisições eram negadas².

Despossuídos e desclassificados compunham o conjunto de operários e desempregados da jovem capital. Espalharam-se pela cidade e constituíram os primeiros e grandes núcleos de moradia precária, conformando um cinturão não planejado, que até hoje envolve a cidade pensada. A municipalidade buscou impedir a

consolidação dessas moradias promovendo sua remoção,e, oferecendo, em algumas situações, a possibilidade de compra de lotes nas áreas suburbanas (Guimarães,1991).

Aterros buscavam a linearidade e aplainavam áreas de uma cidade encravada nas montanhas. Ramais ferroviários, rede de água, luz e comunicação foram rapidamente implantados. Escolas, hospitais, praças e suntuosas igrejas neo-góticas concretizavam o projeto republicano (Bomeny, 2002).

Forasteiros chegavam de todos os lados, antigos moradores do Curral Del Rey eram expulsos e num frenesi de construções e demolições, em poucos anos, concluiu-se a nova capital, inaugurando tradição brasileira de construção de cidades capitais, configurando territórios de poder. Goiânia, Brasília e Palmas são herdeiras dessa história.

Os estrangeiros, sobretudo italianos, chegaram na jovem cidade nos seus anos iniciais. Esses milhares de italianos, e alguns outros tantos de diversas nacionalidades, consolidaram suas vidas e sonhos de prosperidade na jovem capital mineira. Esses estrangeiros fomentaram fluxos permanentes de ida e volta, fazendo do oceano Atlântico uma grande estrada. É possível acompanhar aqui, como em tantas outras cidades e situações americanas, a imigração se conformando como um processo em movimento constante, de temporalidade alargada, e que rearticula de muitas maneiras, ao longo do tempo, as relações com as origens. As viagens duravam meses, a travessia atlântica semanas. Imigrantes se transformavam nesses deslocamentos. A identidade passava a ser da nacionalidade e não do lugar, novos hábitos alimentares eram adquiridos e nova língua aprendida. São muitas as histórias conhecidas que permitem

entender a imigração como um processo nunca concluído onde o imigrante oscila entre se reconhecer acolhido e estrangeiro, onde a questão do retorno está sempre subjacente ao desejo de construção de um patrimônio, uma permanência, um novo mundo (Trento, 2022; Molinari, 2017). Para os estrangeiros que integrarão os setores médios na sociedade de recepção esse sonho se traduz na construção de um patrimônio, sobretudo, imobiliário e na concretização cotidiana da idéia de fartura, traduzida em dietas alimentares onde a carne tem papel central. Em sua essência, a imigração não é ato único e definitivo; não é ruptura, mas uma reconfiguração das relações entre o lugar de origem e o de recepção, reconduzindo os emigrados ao longo de sua vida à complexa questão formulada por Stuart Hall (1987) sobre o sentido da casa, do pertencimento ou, se preferirmos, da nação.

No cotidiano as muitas redes de sociabilidade e sobrevivência construídas ora reforçam laços com o lugar de recepção, ora com as situações de origem. Em Belo Horizonte, cidade em construção e diminuta se comparada a outras metrópoles que acolheram imigrantes como São Paulo, Buenos Aires ou Nova York, essas diferenças também se colocavam. São muitas as camadas, refeitas geracionalmente, que fazem da imigração processo permanente.

A diminuição expressiva do movimento migratório e as tensões internacionais decorrentes das guerras mundiais e a centralidade da questão nacional ao longo da primeira metade do século XX pautaram as possibilidades e formas do ser estrangeiro no Brasil. Em Belo Horizonte não foi diferente. Os italianos tinham construído redes profissionais, de sociabilidade e afetivas que indicavam uma inserção e respeitabilidade na vida urbana. Entretanto, ao prescindirem de uma precisa definição de etnicidade, as fronteiras

porosas da nacionalidade foram se constituindo em muros de segregação (Barth, 2011.). A cidade, seus territórios e práticas, se transformaram rapidamente nos anos 1930.

Essa transformação afetou o cotidiano dos estrangeiros que acreditavam ter concluído seu processo migratório, que avaliavam estarem plenamente integrados no novo mundo. O advento do modernismo da questão nacional, a transformação dos projetos de branqueamento em miscigenação e a guerra e o nazismo são os contornos que delimitam o tema central deste texto: a guerra dos modernos

2. MODERNIDADES EM CONFRONTO

2.1. Estrangeiros e Filhos da Terra na Cidade

A imensa maioria dos mestres de obras, profissionais qualificados da construção civil em Belo Horizonte eram de origem italiana. Havia, desde 1901, um registro desses profissionais, elaborado pela Secretaria de Obras Públicas. Em 1931 o Diretor Geral relatou ao Prefeito que dos 180 construtores e desenhistas profissionais matriculados, apenas metade tinha informado sobre a realização de seus trabalhos e somente 75 haviam pago imposto. Um ano depois, a prefeitura revogou a licença de praticamente todos os construtores e mestres de obras que trabalhavam na cidade (Dicionário, 1997).

Essa supressão de licenças coincidia com um crescente desprezo pela arquitetura dos italianos em Belo Horizonte. O chamado proto-moderno e as experimentações modernistas baniram dos cânones o estilo das primeiras construções da cidade, que foram, em larga escala, projetadas e construídas por italianos. Isso dificultou, sobretudo para os profissionais mais antigos, a continuidade de suas

atividades profissionais. Grande parte desses mestres de obra nunca teve seu próprio escritório e não podiam assinar os projetos que edificaram. As trajetórias pessoais e profissionais mostram que as diversas oportunidades criadas pela imigração, acabam por situar esses profissionais em um ponto intermediário entre os modelos convencionais de empresário bem-sucedido, incorporado à nova nação, e de operário empobrecido.

O embate entre o eclético – como se convencionou chamar a forma das primeiras construções – e o moderno, afetou bastante o mercado de trabalho na capital mineira (Angotti-Salgueiro, 2020), assim como alterou o gosto e o entendimento da arquitetura. Construções art-déco, o uso de novos materiais como o revestimento de mica e o concreto, e novas formas e elementos decorativos alteraram a paisagem da jovem capital. O estilo dos prédios públicos e das construções particulares mudava rapidamente, refazendo a paisagem edificada da jovem capital em menos de três décadas. Os movimentos nacionalistas começaram a insuflar a rejeição aos estrangeiros.

Naqueles anos 1930 os filhos das primeiras gerações de italianos já eram adultos. Muitos tinham frequentado as escolas étnicas existentes na cidade. As famílias apostavam na educação como parte ativa do processo de profissionalização. A educação, vista como investimento social importante, devia estar associada à ampliação de capacitação profissional. Esses jovens adultos eram proprietários de toda sorte de negócios que ocupavam a área central da cidade: tipografias, livrarias, joalherias, restaurantes, padarias e cafés, lojas de moda, tecidos, enfim a diversidade crescente de negócios que caracterizam a vida urbana.

Naquele mesmo tempo começavam a chegar na cidade outros jovens. Filhos de tradicionais famílias mineiras, mas sem expressivos recursos econômicos, que vinham para a cidade estudar e encontrar estabilidade financeira ocupando, sobretudo, empregos e cargos públicos. Para esses jovens a educação significava frequentar o ensino superior, forma imprescindível de acessar as elites (Miceli, 2022). Educavam-se para alcançar postos e carreiras no governo e de forma mais ampla, as posições de elite, afastando-se das múltiplas dimensões do trabalho manual (Miceli, 2001). O autor afirma que a formação universitária era imprescindível para pleitear o acesso às elites,

[...] os escribas pertenciam à fornada inicial dos quadros técnicos, na isolada nova capital, nas poucas frentes em que se desdobrava o trabalho político. Ainda estudantes, alguns deles acumularam cargos em órgãos locais da imprensa, sob controle estrito do perremismo, a postos nos escalões inferiores do serviço público, expostos aos ditames e às conveniências dos manda chuvas do partido único e do Executivo estadual (Miceli, 2022, p. 27).

Para eles a jovem capital causava estranhamento. Diferente das cidades coloniais de onde vinham ela era planejada, sem becos ou marcas coloniais, mas paradoxalmente permanecia conservadora e provinciana. Carlos Drummond de Andrade era um desses jovens e escreveu poema que explicita essa ambiguidade

Por que ruas tão largas? Por que ruas tão retas? Meu passo torto foi regulado pelos becos tortos de onde venho. Não sei andar na vastidão simétrica implacável. Cidade grande é isso? Cidades são passagens sinuosas de esconde-esconde em que as casas aparecem-desaparecem quando bem entendem e todo mundo acha normal. Aqui tudo é exposto evidente cintilante. Aqui obrigam-me a nascer de novo, desarmado. (Andrade, 1968)

Este pequeno grupo de jovens, universitários, articulava-se em torno de dois periódicos: *A Revista*, editada a partir de 1925, e *Leite Criôlo*, lançada em 1929. Tinham como premissa que a tradição e o passado colonial deveriam ser mobilizados para a construção do futuro. O objetivo era resgatar as Minas Gerais colonial e, a partir dela, construir o Brasil. Já não se tratava de branquear a nação através da imigração europeia mas de valorizar, nos moldes apontados por Gilberto Freyre a miscigenação de brancos portugueses, índios e africanos como aposta de uma construção inovadora, a democracia racial (Guimarães, 2009). Minas e sua jovem capital se transformaram em um laboratório do que seria a nação modernista. Esse processo resultou na busca do apagamento da presença estrangeira que, entre o final do século XIX e os anos 1920, havia integrado outro projeto de modernidade, um projeto de modernidade associado ao branqueamento e a europeização do país.

2.2. A Guerra dos Modernos

Diversos projetos modernos marcaram, desde o início, a jovem capital mineira. A relação com os estrangeiros era complexa: de uma presença desejada nos anos inaugurais da cidade para uma existência incômoda na virada para os anos 1930. Em Belo Horizonte, ocorreu uma transformação na materialidade arquitetural existente. Tratava-se de reconstruir a capital e ensaiar o futuro Brasil moderno, que articulava o passado colonial e a miscibilidade. As formas modernistas terão na cidade espaço privilegiado e inaugural de experimentação. O art-déco e as novas concepções arquitetônicas modernistas entram na paisagem da cidade, destruindo o ecletismo italiano inaugural.

Na Praça Sete, ponto central e cruzamento de grandes avenidas foi finalizado, em 1932, o imponente Cine Theatro Brasil. Projetado pelo arquiteto, Alberto Murgel, nascido em Cataguases, Minas Gerais, e formado em 1931, pela Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) no Rio de Janeiro, antes portanto da reforma curricular proposta por Lucio Costa. A mistura de hábitos, tradições e formas explicitava os desafios da jovem capital, que completava 30 anos. Era o edifício mais alto da cidade, inaugurando o uso do concreto armado (ainda importado da Inglaterra) e o art-déco como novo estilo moderno. Tinha capacidade para quase 2.000 pessoas e sua programação era basicamente destinada aos grandes sucessos hollywoodianos. Revestido em mica e ornado com murais coloridos tinha, internamente as paredes pintadas em estilo Marajoara, em trabalho executado pelo italiano Angelo Biggi, Essa mistura representava a modernidade e o luxo, que em uma década, seria desqualificada pelo conjunto da Pampulha com a negação dos elementos que compunham a arquitetura e a noção de cultura materializada no Cine Teatro Brasil³.

Bem próximo a este prédio monumental, na avenida Afonso Pena esquina com a Rua da Bahia, havia um café, o Bar do Ponto. Era lugar de encontro masculino. No balcão ou nas mesas bebia-se o café feito com esmero e conversava-se, caracterizando uma sociabilidade urbana característica do século XX. Mas os esgarçamentos das diferenças consolidavam-se na construção de espaços distintos para grupos nacionais, origens étnicas e posições sociais. Os jovens modernistas, recém chegados na cidade, abandonaram o café. Para eles, o lugar ficou marcado pela

“prodigiosa imundície e pela frequência – perturbadora – das conversas dos heróis da cancha e da zaga, dos homens do Atlético e do América [...]”. Escolheram um novo bar, localizado a poucos quarteirões de distância, na mesma Rua da Bahia, próximo a sede do jornal local: O bar Estrela. Diziam que ali era diferente: “Ali havia paz. O Simeão era manso e humilde de coração. O modesto Bazzoni e o singelo Epitácio, era com brandura e caridade que serviam o café [...]. Conversávamos perdidamente [...] sobre as cartas de Mário, sobre o manifesto Pau Brasil, sobre os rapazes de Cataguazes, sobre o aparecimento da Estética (Nava, 1976, p. 353).

Os imigrantes e seus filhos permaneceram frequentando o Bar do Ponto, em conversas rápidas, entrecortadas por todas as atividades cotidianas. O que era diferença foi se transformando em intolerância e xenofobia, ou nacionalismo e modernismo, a depender do ponto de vista.

A arquitetura e as políticas urbanas foram, em Belo Horizonte, expressões potentes desse avanço nacionalista. A cidade construída pelos italianos no estilo que se convencionou nomear de eclético estava em vias de desaparecer. O novo movimento moderno resgatava as tradições coloniais, os sobrenomes locais e a inventividade nacional. Valorizava as vanguardas, os produtos industriais e a cultura erudita. A este movimento contrapunha-se aquele dos trabalhadores que haviam ocupado as ruas das cidades brasileiras nas três décadas anteriores, trazendo consigo seus trabalhos, sonoridades e costumes. Essa vertente moderna resgatou o passado colonial e a construção da nação lusófona, articulada pelas três raças – e que excluía de forma contundente o estrangeiro na formação do país.

Eram os anos modernistas de Gilberto Freyre, Lúcio Costa, Mário de Andrade, época da criação do Iphan. Juscelino Kubitschek foi nomeado prefeito da cidade em 1940. Desde o início, sua administração priorizou a intervenção urbana. Kubitschek asfaltou a avenida Afonso Pena, finalizou a Avenida do Contorno, que definia os limites da cidade planejada, e viabilizou a construção do conjunto modernista da Pampulha, criando uma nova centralidade. Em meio a esses processos, a cidade materializada nas construções dos primeiros anos tendia a ser demolida. As vanguardas modernistas, em suas ações e manifestos, encontraram apoio no jovem prefeito, ele mesmo uma expressão dessas Minas Gerais em transformação. Niemeyer, ao falar de seu projeto para a Pampulha, expressava o sentido das ações do grupo modernista:

Respeitamos a lição do passado. Mas, somente isso. As velhas formas arquitetônicas perdem o sentido diante das novas possibilidades técnicas. Não acreditamos tampouco em estilos forjados sobre desenhos ou elementos arquiteturais mais ou menos remotos. As construções marajoaras e neocoloniais são, entre nós, lamentáveis iniciativas nesse sentido. Acreditamos somente na arquitetura feita sem compromissos; baseada nos novos processos construtivos e nos novos materiais aproveitados em todas as suas possibilidades. (Oscar Niemeyer, citado por Carlos Alberto Oliveira, Prescrições para o Futuro: Belo Horizonte entre Processos de Modernização, 2018, p. 171)

Esta vanguarda modernista protagonizou o novo, alcançando reconhecimento nacional e internacional. Contudo, sabemos, não estava sozinha. Diversas linguagens visuais e processos construtivos estavam sendo experimentados. A chegada do arquiteto italiano Raffaello Berti à cidade em 1929 havia causado um impacto significativo na paisagem urbana e na construção do gosto, transformando-os vigorosamente. Se a Pampulha de Niemeyer impressionava por seu conjunto arquitetônico e pela criação de uma nova centralidade, as construções de Berti e de arquitetos próximos à sua estética se espalhavam pela cidade em centenas de novos projetos: residências, edifícios públicos e de apartamentos, clubes, cinemas, escolas, igrejas e hospitais.

Além disso, o ensino na escola pioneira de arquitetura de Belo Horizonte também se consolidava. Berti lecionou nessa escola, fundada em 1933, por mais de trinta anos, em disciplinas como Composição Decorativa e Grandes Composições. O arquiteto e o grupo composto por Romeo de Paoli, Érico de Paula e Luiz Signorelli, construíram carreiras sólidas, operando sobretudo entre o modernismo vanguardista e o ecletismo pitoresco. Como analisa Castriota, esses arquitetos estavam mais preocupados em construir sólidas e bem sucedidas carreiras profissionais e menos em produzir manifestos. A dimensão do ofício se mantém e sua arquitetura se impõe coexistindo “com os últimos avatares de um ecletismo pitoresco e os primeiros exemplares de uma variante do modernismo vanguardista” (Castriota, acesso 2024)

As disputas estavam postas. Enquanto Berti projetava o Palácio Arquiepiscopal Cristo Rei na Praça da Liberdade, a Prefeitura, o Cinema Metrópole e residências em estilo art-déco, o modernismo ganhava força entre os jovens intelectuais que se apropriavam da Rua da Bahia e que, nos anos 1940, em plena guerra, ergueram a Pampulha. Conjuntos habitacionais, também modernistas, foram construídos para alojar os trabalhadores e tentar eliminar a boemia, a prostituição e a favela do Bairro da Lagoinha, onde muitos imigrantes iniciaram sua trajetória. A arquitetura italiana da cidade inaugurada há três décadas não integrava mais os códigos do bom gosto. Da mesma forma, o projeto de branqueamento que tinha orientado visões políticas desde finais do século XIX vinha sendo derrotado pelo projeto da miscigenação e da dita democracia racial. Esse novo projeto orientava o entendimento do passado e da construção da memória nacional e estava consolidado na criação do IPHAN e na exaltação das Minas Gerais barroca e colonial.

2.3. Ser para Sempre Estrangeiro

As tensões entre modernidades possíveis, a resignificação simbólica em curso – que delineava Belo Horizonte como cidade moderna e Ouro Preto como panteão da história nacional –, as mudanças nos processos educacionais, a situação política, tudo caminhava na construção da nova nação. A supressão do uso público das línguas nativas dos imigrantes, o fechamento dos comércios étnicos, os confinamentos e as crescentes desconfianças marcavam o cotidiano no Estado Novo e diante da guerra iminente. A cacofonia urbana que compunha a sonoridade urbana era afetada por esses movimentos (Lanna, 2024).

Em Belo Horizonte, como no restante do país, as restrições às presenças estrangeiras começaram a se fazer sentir. Os dirigentes de escolas associadas à italianos tinham que justificar sua brasilidade perante o Departamento Ordem Pública e Social (Deops)⁴. Havia urgências pressentidas. Em 13 de janeiro de 1942, meses antes de o Brasil entrar oficialmente na guerra, dois japoneses foram presos em Belo Horizonte sob a acusação de serem inimigos da nação que os acolhera. A imprensa pedia aos “japoneses residentes no Brasil que assumissem uma atitude de discrição e que não praticassem inconveniências para não se transformarem em suspeitos”. Em 1941, Francisco Campos, agora ministro da Justiça de Vargas, afirmou: “O Brasil já tem padecido bastante com os temores de uma expansão dos núcleos de colonização alemã e italiana. no entanto nem os alemães nem os italianos constituem perigo comparável com o da colonização japonesa, cuja capacidade de adaptação é infinitamente mais precária, para não dizer nula” (Cytrynowicz, R. 2000).

A guerra e a nação e uma crescente xenofobia dominavam as conversas, transformando hábitos e paisagens. As restrições e hostilidades aos estrangeiros originários da Itália, Alemanha e Japão eram crescentes, em Minas e no Brasil. Americanos instalaram bases militares no Rio Grande do Norte, e ampliaram a presença militar em diversas capitais do norte e nordeste. Recife era sede do comando militar norte-americano no Atlântico sul. Os jornais noticiavam nas primeiras páginas, cotidianamente, notícias da guerra. A tentativa de imparcialidade do governo Vargas não encontrava respaldo na população. O ataque aos navios brasileiros por submarino alemão, levando à morte mais de duas centenas de pessoas provocou comoção nacional (Cruz, L Antonio, 2017).

No dia 18 de agosto de 1942 a tensão explodiu. O Brasil entrou oficialmente na guerra. Em Belo Horizonte e em muitas outras cidades brasileiras o apoio popular à entrada do Brasil na guerra foi concretizado em comícios e em uma enorme destruição dirigida aos estabelecimentos dos estrangeiros e seus descendentes. A guerra no front interno colocou fogo nos negócios de italianos, alemães e japoneses, todos suspeitos de serem inimigos da pátria. O fogo e rastros de destruição marcaram a paisagem das cidades. Em São Paulo italianos tinham sido aclamados em 1916 quando partiram para a guerra. Em 1942 foram banidos da vida pública. Em Fortaleza, Vitória, Porto Alegre, Rio de Janeiro o cenário era similar. Quebradeira generalizada, passeatas com pessoas portando símbolos nacionais, entoando hinos. A imprensa noticiava os fatos, publicava fotos e listas de estabelecimentos destruídos e clamava que tais gestos deveriam ser entendidos como patriotismo e que exigiam tolerância e compreensão por parte das forças policiais.

Em Belo Horizonte a avenida Afonso Pena, eixo estruturante da cidade e várias outras ruas foram, durante alguns dias, tomadas por fogueiras alimentadas pelos destroços produzidos pelo furor nacionalista. Gritos e fumaça preenchiam os espaços urbanos. O jornal *Estado de Minas* noticiava a quebraadeira:

[no] auge do entusiasmo, durante as manifestações de ontem na capital, a multidão ainda sob a impressão de revolta que causou o atentado aos navios e as vidas dos brasileiros, entrou a depredar estabelecimentos comerciais e industriais pertencentes a súditos das nações do eixo e a notórios partidários da ditadura nazifascista.) (Estado de Minas, 20 ago 1942).

Seguia-se uma lista de mais de cinquenta estabelecimentos localizados por toda a cidade que, em teoria, pertenciam a estrangeiros, e tinham sido destruídos. As manifestações populares tornaram-se tema obrigatório na imprensa e nas conversas cotidianas. No mesmo dia 20 de agosto, a *Folha de Minas* relatava:

Como em todos os grandes centros do país, continuaram ontem, em Belo Horizonte, as manifestações populares de repulsa aos covardes torpedeamentos de navios brasileiros por submarinos inimigos. Dando expansão ao natural sentimento de indignação diante do ultraje cometido contra a soberania nacional, milhares de pessoas voltaram a realizar passeatas ao longo da avenida Afonso Pena e em outras artérias centrais da capital, conduzindo a bandeira e o retrato do presidente Getúlio Vargas. [...] estabelecimentos depredados no acesso de vibração popular [...] manifestantes invadiram estabelecimentos de propriedade de súditos e simpatizantes do eixo, danificando-os (Folha de Minas, 20/ago/1942)).

Depois de dias de intensa destruição, Belo Horizonte tentava voltar à normalidade. Restos de mobiliário, vitrines quebradas, portas arrancadas e vestígios de incêndio ainda persistiam no centro da cidade. Vidas devastadas ecoariam por anos e décadas. As manifestações urbanas, desapareceram. Mas o medo permaneceu. A aparente harmonia da capital mineira fora abruptamente rompida, e o “outro” fora identificado, rotulado e culpabilizado. Vizinhos se transformaram em inimigos; rádios continuaram a ser confiscados e só eram ouvidos em segredo. Cortinas fechadas, luzes reduzidas, notícias vindas da Itália ouvidas em silêncio.

A partir de 23 de agosto de 1942, as seções de classificados dos jornais locais apresentavam anúncios inéditos. Dezenas de

comerciantes declaravam sua nacionalidade brasileira e, com o aval do chefe de polícia, procuravam garantir sua reintegração na vida urbana. A Livraria Inconfidência publicava um anúncio similar a outros tantos:

[...] havendo uns populares exaltados atacado e depredado a Livraria Inconfidência S.A. julgando tratar-se de firma estrangeira, a diretoria da sociedade anônima declara que a Livraria Inconfidência S.A. é hoje uma firma brasileira integrada por capitais nacionais e dirigida por brasileiros sem ligação alguma com os antigos proprietários estrangeiros.. visto Domingos Henriques Carlos da Silva, Delegado da Ordem Pública (Estado de Minas, 23 ago 1942, p...).

Sylvia Bonfioli (1995) ao relatar as destruições produzidas naqueles dias afirma que “os italianos e alemães que (aqui residiam) demoraram a recompor suas sociabilidades como colônia imigrante e, principalmente, com o restante dos moradores da cidade. Belo Horizonte não era mais a mesma”. A “cordialidade mineira”, refletida nas chamadas “boas tradições coloniais”, encontrou respaldo em Juscelino Kubitschek, em seu projeto político e no grupo de jovens intelectuais que o apoiava. Mas essa cordialidade excluía, enquanto estrangeiros, muitos dos moradores da cidade. A cordialidade ao confrontar grupos locais com as dimensões da nacionalidade reafirma a imigração como processo multigeracional e não linear.

Passados dias dos embates de agosto vários proprietários contrataram advogados em busca de indenização. Alguns foram

rapidamente ressarcidos, como o alemão dono da Casa Herman. Outros reabriram seus negócios, como a Padaria Savassi – que, apesar de não existir mais, dá nome a um dos pontos de referência na cidade. Para outros a indenização só chegaria muito depois, nos anos 1960, sem correção e incapaz de cobrir os prejuízos.

Um desses muitos imigrantes era Mario Pace, proprietário de uma joalheria e relojoaria localizada no centro comercial. Ele também tinha uma casa localizada na rua Goitacazes, construída no estilo art-déco e revestida de mica, símbolos de prosperidade e integração e afastamento da primeira geração de italianos. Frequentava a Lagoa Santa, convivia com o arquiteto L Signorelli, bem sucedido profissional e docente da Faculdade de Arquitetura. Era esportista, sócio do clube de tiro e integrante de campeonatos nacionais representando o Brasil, caçador de codornas. Casado com uma brasileira, seus filhos frequentaram a escola italiana, mas seguiram seus estudos em tradicionais instituições de ensino mineiras. Suas redes profissionais e pessoais indicavam que a imigração teria sido projeto bem sucedido, financeira, cultural e socialmente. Representava a complexidade das classes médias urbanas e as experiências vinculadas a um projeto moderno. Com a entrada do Brasil na guerra, a destruição de sua loja e a falência (re)descobriu-se estrangeiro. A casa da família foi transferida para o nome do filho caçula, então com 9 anos. A decisão evidencia não só a complexa hierarquia de gêneros que permeava a composição familiar e a estruturação social, mas também o medo que persistia. A família sabia que os acontecimentos de agosto de 1942 não haviam sido apenas arroubos nacionalistas episódicos. A mesa de relojoeiro foi retirada da loja e levada para a casa da família, junto com instrumentos, ferramentas e registros do passado que estavam guardados nas gavetas. Curvado sobre si mesmo, manobrando

pinças e lentes, Mário tentava consertar o tempo que havia desarranjado sua vida. A pobreza se instalou. A esposa, como era comum, tornou-se costureira. Os filhos continuaram estudando, mas agora em instituições públicas brasileiras. Na família, Mussolini permaneceu um herói. O piano e a música que compunham a decoração da casa desapareceram. A imagem do jovem alegre permaneceu viva nas fotos antigas. Em muitas ocasiões, sua vida foi transformada, destruída e refeita pelas circunstâncias do país. Na última experiência, a casa se revelou um refúgio para aquilo que a cidade e a nação não puderam oferecer (Lanna, 2024). Em 1944, chegou o documento de naturalização de Mário. Quando ele se tornou brasileiro, a questão nacional já o havia destruído. |Naturalizou-se brasileiro mas foi para sempre um italiano.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recuperar e tecer essas histórias, articulando diversas escalas de análise, das trajetórias individuais aos processos gerais de formação de economias globais, permite dar tessituras complexas e inovadoras para as cidades e as vidas que as construíram. Territórios são conformados a partir dessas múltiplas e diversas experiências. As cidades se fazem a partir das políticas que envolvem suas formas, projetos e infinitas transformações.

Belo Horizonte é um espaço privilegiado para articular essas dinâmicas, grupos e experiências sociais e projetos urbanos que se subvertem com a rapidez da modernidade. Olhar para os processos urbanos nas escalas e articulações apresentadas permite reconhecer conflitos, confrontos e transformações que lançam novos entendimentos sobre a modernidade e as dimensões simbólicas e materiais da arquitetura, das cidades e dos territórios.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

_____. *Lira mensageira: Drummond e o grupo modernista mineiro*. São Paulo: Todavia, 2022.

AGUIAR, T. F. R. *Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Ruas*. São Paulo: Boitempo, 1968.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. *A casaca do Arlequim: Belo Horizonte, uma capital eclética no século XIX*. São Paulo: Edusp, 2020.

BARTH, Frederik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BOMENY, Helena. Utopias da cidade: as capitais do modernismo. In: GOMES, Ângela (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CASTRIOTA, Leonardo. Raphaello Berti: tradição e racionalidade na arquitetura. *Ponte entre culturas*. Revista Imigração Italiana em Minas Gerais, www.ponteentreculturas/revista. acesso 2024.

CRUZ, Luiz Antonio Pinto. *A guerra do Atlântico na costa do Brasil*. Tese Doutorado, História Social, UFBA, 2017

Dicionário Biográfico de Construtores e Artistas de Belo Horizonte 1894/1940. IEPHA, 1997

FERNANDES, Patrícia Capanema Alvares. *A fundação de Belo Horizonte: ordem, progresso e higiene, mas não para todos*. Cadernos Metrópole, 2021 <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5210.e> ;

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: editora 34, 2009.

GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões : Belo Horizonte, cidade planejada*; Tese de Doutorado em Programa de Pós-graduação em Sociologia - IUPERJ) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1991

HALL, Stuart. Minimal Selves. In: APPIGNANESI, Lisa (org.). *The real me: post-modernism and the question of identity*. Londres: The Institute of Contemporary Arts, 1987.

LANNA, Ana. *Histórias do meu avô*. São Paulo: Edusp, 2024.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOLINARI, Augusta. As travessias das históricas imigrações italianas: entre fatos e narrações. *Revista Histórica*, v. 36, 2017.

NAVA, Pedro. *Chão de ferro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

OLIVEIRA, Carlos Alberto. *Prescrições para o futuro: Belo Horizonte entre processos de modernização*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

¹ Doutora em História Social USP e professora da FAU, USP

² Alexandre Pace , originário de Frascati, região de Roma, chegou a Belo Horizonte em 1897. Trabalhou por mais de 50 anos como mestre de obras. Logo no primeiro ano foi autorizado a comprar um terreno no bairro da Lagoinha, na rua do Bonfim que conectava a cidade com o cemitério. Tentou por diversas vezes adquirir novos lotes e, apesar de ter recursos e construir trajetória de inserção da comunidade italiana local, nunca foi autorizado pelas autoridades a comprar novos lotes. A municipalidade exercia controle sobre o acesso a terra, limitando a expansão da propriedade. Ver Fundo Documental Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e AGUIAR, (2006).

³ Hoje na Praça Sete convivem o art-déco do Cine Theatro Brasil, um Palacete Eclético, construído em 1922, sede de Banco, e prédios de autoria de Oscar Niemeyer, o primeiro deles sede do Banco da Lavoura, de 1953. Além disso, o monumento em homenagem ao centenário da Independência demarca o ponto de cruzamento das avenidas centrais.

⁴ Fundo DEOPS Arquivo Público Mineiro